



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **1008120-73.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral**  
 Requerente: **Adriana de Lourdes Roberto**  
 Requerido: **Mongeral Aegon Seguros e Previdência**

**ADRIANA DE LOURDES ROBERTO** pediu a condenação de **MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA** ao pagamento da verba indenizatória prevista na apólice de seguro e da indenização pelos danos morais causados. Alegou, para tanto, que contratou dois planos de seguro de vida com a ré, conforme propostas nº 102.307.403 e nº 102.365.924. Em 18.05.2015, precisou se afastar do seu labor em razão de um desgaste em seu joelho, recebendo as diárias por incapacidade temporária contratadas. Afastou-se novamente do serviço em abril de 2016, contudo, dessa vez, foi-lhe negado o pagamento da indenização securitária.

A ré foi citada e contestou os pedidos, aduzindo em preliminar a ilegitimidade ativa e passiva, pois a proposta de nº 102.365.924 não prevê a cobertura por incapacidade temporária. No mérito, defendeu que realizou o pagamento de 90 diárias indenizáveis em favor da autora, cessando, com isso, a cobertura contratada, bem como que inexistia dano moral indenizável.

Em réplica, a autora insistiu nos termos iniciais.

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

A questão acerca da legitimidade ativa e passiva confunde-se com o mérito da lide e como este será resolvida. Consigna-se que as condições da ação devem ser aferidas de acordo as alegações trazidas pelo autor na petição inicial, isto é, *in status assertionis*. Rejeito a preliminar arguida.

Pleiteia a autora a condenação da ré ao pagamento das diárias por incapacidade temporária, haja vista o sinistro ocorrido em abril de 2016. Entretanto, os documentos juntados aos autos demonstram que a autora não faz *jus* ao recebimento da

## P O D E R J U D I C I Á R I O


 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
 JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjst.jus.br

referida indenização, acarretando, consequentemente, na rejeição dos pedidos.

Com efeito, depreende-se do certificado/apólice juntado à fl. 24 (referente à proposta nº 102.365.924) que a incapacidade temporária não consta no rol dos riscos cobertos pela seguradora, mas apenas os casos de "morte", "morte acidental", "invalidez por acidente" e "doenças graves". Tal documento está em consonância com o previsto na proposta individual, em que apenas o item "Total: Módulo 02" fora assinalado, deixando em branco a opção "DIT (570): Renda Mensal" (fl. 113).

Nem se diga que o plano "Módulo 02" também abrangia as "Diárias por Incapacidade Temporária", pois, se assim o fosse, não seria necessário constar na proposta um campo em separado para tal cobertura. Aliás, se realmente tivesse ocorrido a contratação das "Diárias por Incapacidade Temporária", tal estipulação acarretaria em um aumento da contribuição paga pela segurada, não se limitando ao valor de R\$ 54,10 descrito no documento (fl. 113).

Quanto ao outro contrato de seguro celebrado entre as partes (relativo à proposta nº 102.307.403), verifica-se que a autora já recebeu o número máximo de diárias indenizáveis (90 dias) em razão de um mesmo evento na cobertura de "Diárias de Incapacidade Temporária", ocasionando, assim, a cessação da cobertura individual. Nota-se que o art. 13 das Condições Gerais da Apólice (fl. 127) estabelece o número máximo de 90 diárias a serem pagas, por evento coberto, para a cobertura de incapacidade temporária, sendo que, após tal período, aludida cobertura cessará e o seguro será cancelado (art. 32 – fl. 132).

As coberturas contratadas e as cláusulas limitativas estão bem delineadas nas apólices e no regulamento do plano, documentos previamente enviados para a residência da autora (fl. 18), de modo que se afasta qualquer alegação de ofensa às disposições previstas no Código de Defesa do Consumidor.

Por fim, não se justifica o deferimento de verba indenizatória por dano moral, porquanto lícita a negativa de pagamento apresentada pela ré. De todo modo, trata-se de discussão envolvendo questões meramente patrimoniais, longe de causar alguma ofensa aos direitos da personalidade da autora.

Diante do exposto, **rejeito os pedidos** e condeno a autora ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios da patrona da ré fixados em 10% do valor da causa, corrigido desde a época do ajuizamento.

A execução dessas verbas, porém, **fica suspensa**, nos termos do art. 98, § 3º, do Código de Processo Civil.

## PODER JUDICIÁRIO



### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Publique-se e intímem-se.

São Carlos, 23 de outubro de 2017.



**Carlos Castilho Aguiar França**  
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME  
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**